



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Administração

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de transporte de passageiros, visando ao atendimento do transporte universitário e das demais necessidades do Município de Itaúna do Sul/PR**, mediante disponibilização de micro-ônibus rodoviário e ônibus rodoviário, com fornecimento de motorista habilitado, veículos em situação regular, cobertura securitária total, manutenção, combustível e todos os demais custos operacionais necessários à plena execução do serviço.

Lote	Item	Descrição do objeto	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário referencial	Valor total estimado
1	1	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de transporte de passageiros, sendo 01 (um) veículo modelo Micro-ônibus rodoviários, com capacidade de 28 (vinte e oito) lugares, com ar-condicionado, janelas lacradas. Fornecimento de motorista habilitado e veículo conforme exigência da legislação de Transito Vigente, equipado com todos os componentes de segurança, documentação regular, as despesas tais como: Combustível, alimentação, manutenção, depreciação, hospedagem, seguro total, multas de transito, danos no veículo, despesas com acidentes e todas as demais despesas serão por conta da contratada. Obs: Entende-se como seguro total: incluso as seguintes coberturas mínimas, danos matérias e terceiros, danos corporais as passageiros e terceiros, danos morais aos passageiros e terceiros, morte por passageiros e terceiros, danos morais a passageiros e terceiros, morte de passageiros e terceiros, invalidez por passageiros e terceiros, despesas médicas hospitalares aos passageiros e terceiros, danos ao veículo e veículos de terceiros (vidros, lanternas, faróis, retrovisores), incêndio de veículo ou explosão, danos causados por alagamento, enchentes ou inundações, vendaval, granizo, furacão, ressaca, raios, terremoto etc. roubo ou furto de equipamentos do veículo.	KM	40.000	R\$ 5,00	R\$ 200.000,00
1	2	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de transporte de passageiros, sendo 01 (um) veículo modelo Ônibus rodoviários, com capacidade de 46 (quarenta e seis) lugares, com banheiro, com frígobar com ar-condicionado, janelas lacradas. Fornecimento de motorista habilitado e veículo conforme exigência da legislação de Transito Vigente, equipado com todos os componentes de segurança, documentação regular, as despesas tais como: Combustível, alimentação, manutenção, depreciação, hospedagem, seguro total, multas de transito, danos no veículo, despesas com acidentes e todas as demais despesas serão por conta da contratada. Obs: Entende-se como seguro total: incluso as seguintes coberturas mínimas, danos matérias e	KM	60.000	R\$ 6,45	R\$ 387.000,00



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

Lote	Item	Descrição do objeto	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário referencial	Valor total estimado
		terceiros, danos corporais as passageiros e terceiros, danos morais aos passageiros e terceiros, morte por passageiros e terceiros, danos morais a passageiros e terceiros, morte de passageiros e terceiros, invalidez por passageiros e terceiros, despesas médicas hospitalares aos passageiros e terceiros, danos ao veículo e veículos de terceiros (vidros, lanternas, faróis, retrovisores), incêndio de veículo ou explosão, danos causados por alagamento, enchentes ou inundações, vendaval, granizo, furacão, ressaca, raios, terremoto etc. roubo ou furto de equipamentos do veículo.				
Valor global da contratação R\$ 587.000,00						

1.2. A definição quantitativa, a descrição dos itens, as unidades de fornecimento, os quantitativos estimados, os preços unitários referenciais e os valores totais constam da tabela de itens e estimativa de preços acima, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

1.3. A natureza do objeto é de serviço comum contínuo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos dos arts. 6º e 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por especificações usuais de mercado, voltada ao atendimento de necessidade administrativa permanente e prolongada.

1.4. O prazo inicial de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que presentes à necessidade pública, a vantajosidade para a Administração, a previsão editalícia, a disponibilidade de créditos orçamentários e os demais requisitos dos arts. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto será licitado em lote único, porquanto a adjudicação separada entre os itens comprometeria a centralização da responsabilidade, a continuidade da execução, a logística de substituição emergencial, a padronização da prestação e a eficiência da fiscalização contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação encontra fundamento no Estudo Técnico Preliminar correspondente, já elaborado na fase preparatória, o qual demonstrou a necessidade administrativa, a viabilidade técnica e econômica da solução, a adequação do enquadramento jurídico do objeto e a vantajosidade da modelagem proposta.

2.2. O problema administrativo a ser resolvido consiste na necessidade de disponibilização regular, segura e contínua de transporte de passageiros para atendimento do deslocamento universitário até polos de estudo utilizados pelos munícipes, notadamente em cidades como Paranavaí e Primavera, bem como para atendimento de outras demandas institucionais do Município.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

2.3. A contratação mostra-se necessária porque a Administração não dispõe de estrutura própria apta a absorver, com segurança, economicidade e regularidade, a execução direta do serviço, nem seria racional, sob o ponto de vista técnico e financeiro, assumir os ônus integrais de manutenção, operação, substituição e gestão de frota própria correspondente.

2.4. A decisão administrativa ora proposta deve ser interpretada em consonância com o art. 22, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, segundo o qual, na avaliação da regularidade dos atos, contratos e processos administrativos, devem ser consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a atuação do agente público. No caso concreto, a solução contratual adotada é a que melhor compatibiliza a necessidade pública permanente com a realidade operacional e financeira do Município, sem transferência indevida à Administração dos riscos ordinários do negócio.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada que assuma integralmente a prestação do serviço de transporte de passageiros, disponibilizando os veículos exigidos, com motoristas devidamente habilitados, documentação regular, cobertura securitária total, manutenção preventiva e corretiva, combustível, higienização, reposições, substituições e demais providências inerentes à execução contratual.

3.2. A solução foi concebida considerando o ciclo completo do objeto, abrangendo a mobilização operacional, o recebimento das ordens de serviço, a apresentação do veículo para atendimento, a realização dos deslocamentos, a substituição em caso de falha, a manutenção da regularidade documental e técnica da frota, a cobertura dos riscos securitários, a medição da quilometragem executada, o faturamento, o acompanhamento pela fiscalização, o pagamento e o encerramento do vínculo contratual.

3.3. Com a contratação, a Administração evita a fragmentação de responsabilidades, reduz custos indiretos de gestão, preserva a continuidade do serviço e adota modelo contratual mais aderente ao interesse público, notadamente em razão do caráter recorrente da demanda.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deverá possuir capacidade jurídica para contratar com a Administração, regularidade fiscal, social e trabalhista, aptidão econômica mínima e capacidade técnica compatível com o objeto, observado o regime dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. As exigências de habilitação devem ser interpretadas como rol máximo de exigências cabíveis, e não como mínimo obrigatório a ser integralmente reproduzido em todo e qualquer certame, devendo a Administração exigir apenas o que for necessário e suficiente para assegurar a adequada execução do futuro contrato, sem promover restrição indevida à competitividade. Tal compreensão harmoniza-se com a jurisprudência consolidada no REsp 402.711/SP, rel. Min. José Delgado, julgado em 11.06.2002, segundo a qual a Administração não pode instituir exigências sem autorização legal expressa.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

4.3. Em matéria de habilitação jurídica, será exigida a comprovação da existência jurídica da pessoa, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de contrato social, estatuto, ato constitutivo, CCMEI ou documento equivalente, devidamente atualizado, conforme o tipo societário do licitante, inclusive com as alterações ou consolidação pertinente.

4.4. Em matéria de habilitação fiscal, social e trabalhista, serão exigidos os documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, especialmente inscrição no CNPJ, inscrição estadual e/ou municipal quando houver, regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal, regularidade relativa ao FGTS, regularidade perante a Justiça do Trabalho e declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

4.5. Em matéria de habilitação econômico-financeira, será exigida a certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, admitindo-se, caso o documento não contenha prazo de validade expresse, a aceitação de certidão emitida até 90 (noventa) dias antes da data da sessão.

4.6. Justifica-se, para esta contratação, a dispensa da exigência de balanço patrimonial, porquanto a aptidão necessária à boa execução do objeto é aferida de modo mais aderente pela capacidade operacional específica, pela regularidade jurídica, pela experiência pretérita do licitante e pela demonstração mínima de solvência revelada pela certidão falimentar, sendo desproporcional exigir documentação contábil mais complexa quando esta não se revela essencial à mitigação dos riscos concretos da contratação.

4.7. Em matéria de habilitação técnica, será exigido atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando serviços compatíveis com o objeto. A exigência se justifica porque a contratação envolve segurança de passageiros, regularidade operacional, cumprimento de rotas e horários e pronta resposta a contingências, exigindo experiência mínima demonstrável.

4.8. Deverá constar do edital, a declaração prevista no art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, relativamente ao enquadramento e aos limites legais para fruição do tratamento favorecido conferido às microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9. Deverá ser observada a regra do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de modo que a apresentação dos documentos de habilitação recaia apenas sobre o licitante vencedor, ressalvadas as hipóteses legais de inversão procedimental, bem como a exigência posterior dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante mais bem classificado.

4.10. Os veículos a serem utilizados deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos materiais e operacionais: adequação ao item contratado, lotação compatível, ar-condicionado em funcionamento, janelas lacradas, banheiro e frigobar quando exigidos, todos os componentes de segurança previstos na legislação de trânsito, documentação regular, boas condições de uso, conservação, higiene, trafegabilidade e aptidão para transporte de passageiros em ambiente rodoviário.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

4.11. O seguro total deverá contemplar, no mínimo, cobertura para danos materiais e corporais a passageiros e terceiros, danos morais, morte, invalidez, despesas médicas hospitalares, danos ao próprio veículo e a veículos de terceiros, inclusive vidros, lanternas, faróis e retrovisores, bem como eventos como incêndio, explosão, alagamento, enchentes, inundações, vendaval, granizo, furacão, ressaca, raios, terremoto, roubo ou furto de equipamentos do veículo e demais coberturas compatíveis com a operação contratada.

4.12. Aplica-se ao objeto, de forma subsidiária, o Código de Defesa do Consumidor, exclusivamente no que couber, quanto a vícios e defeitos ocultos relacionados à adequação e segurança da prestação e aos veículos/equipamentos empregados na execução, sem prejuízo da prevalência do regime jurídico-administrativo do contrato.

4.13. Considerando que o objeto principal é prestação de serviço, e não aquisição de bem para incorporação patrimonial, a contratada responderá integralmente pela adequação, segurança e regularidade da execução durante toda a vigência contratual, devendo sanar imediatamente qualquer vício, defeito ou irregularidade identificada. No que couber aos componentes duráveis empregados na prestação, adotar-se-á subsidiariamente o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contado da constatação do vício aparente ou, em caso de vício oculto, do momento em que ficar evidenciado, prevalecendo, se superior, a garantia oferecida pelo fabricante.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, observadas as ordens de fornecimento ou prestação de serviço expedidas pela Administração.

5.2. Os dias, horários, roteiros, pontos de embarque, desembarque e locais de parada serão definidos pela Secretaria demandante, segundo a programação do transporte universitário e as demais necessidades do Município.

5.3. A ordem de serviço poderá ser encaminhada por e-mail institucional ou por WhatsApp oficial, devendo a contratada informar formalmente, antes da assinatura do contrato, o endereço eletrônico oficial e o número oficial da empresa para recebimento das comunicações.

5.4. Quando a ordem for encaminhada em dia útil, no horário de expediente, a contratada deverá confirmar o recebimento em até 2 (duas) horas. Se encaminhada após o expediente, em final de semana ou feriado, a confirmação deverá ocorrer até as 10h do primeiro dia útil subsequente.

5.5. Para demandas ordinárias e previsíveis, a ordem de execução será expedida com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Para demandas extraordinárias, a antecedência mínima será de 12 (doze) horas. Em hipóteses emergenciais devidamente justificadas, a contratada deverá adotar as providências necessárias para atendimento no menor prazo operacional possível.

5.6. O veículo deverá apresentar-se no local indicado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para saída, devidamente abastecido, higienizado, em



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

perfeito estado de funcionamento, com toda a documentação regular e com motorista habilitado.

5.7. Em caso de pane, avaria, defeito, sinistro ou qualquer evento que impeça a execução regular do serviço, a contratada deverá providenciar a substituição por veículo equivalente ou superior, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 2 (duas) horas para atendimentos locais e de 4 (quatro) horas para deslocamentos intermunicipais, ressalvadas hipóteses de força maior devidamente comprovadas.

5.8. A medição da execução observará a quilometragem efetivamente realizada, a partir da confrontação entre a ordem emitida, o atendimento executado, o relatório correspondente e o atesto da fiscalização.

5.9. O CNPJ a constar da nota fiscal será aquele expressamente indicado na requisição ou na ordem de fornecimento emitida pela Administração.

5.10. Para fins de recebimento e atesto, a fiscalização deverá verificar, no mínimo, a adequação do veículo disponibilizado ao item contratado, a regularidade do motorista, a existência de documentação válida, o funcionamento dos equipamentos exigidos, a higienização, as condições de segurança, a quilometragem executada, a conformidade com a ordem emitida e a inexistência de falhas relevantes na prestação.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização contratual observarão o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação municipal aplicável, cabendo à Administração designar formalmente gestor do contrato e fiscal do contrato, por meio da Portaria nº 98/2026, ou da portaria vigente à época da contratação que a substitua.

6.2. Ao gestor do contrato competirá acompanhar a execução sob perspectiva administrativa global, controlar prazos, verificar a manutenção da vantajosidade, promover a interlocução institucional com os setores envolvidos, analisar pedidos de reajuste, prorrogação, alteração contratual e reequilíbrio, adotar providências relativas à formalização de apostilas e aditivos, e encaminhar, quando necessário, a apuração de infrações e a aplicação de sanções.

6.3. Ao fiscal do contrato competirá acompanhar diretamente a execução material do objeto, verificando a conformidade entre as ordens emitidas e os serviços efetivamente prestados, a adequação dos veículos utilizados, a regularidade dos motoristas, o estado de conservação e segurança da frota, o cumprimento de horários e rotas, a quilometragem executada, a ocorrência de falhas, atrasos ou substituições, bem como proceder ao respectivo registro e atesto.

6.4. O modelo de gestão do contrato compreenderá, no mínimo, as seguintes rotinas: emissão formal das ordens de serviço; confirmação do recebimento pela contratada; acompanhamento da execução; registro de ocorrências; conferência da quilometragem executada; verificação documental periódica; atesto do recebimento definitivo; encaminhamento da documentação para liquidação e pagamento; e controle de eventuais pleitos de reajuste, prorrogação ou aplicação de penalidades.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

6.5. A contratada deverá manter preposto formalmente designado, apto a receber notificações, prestar esclarecimentos, solucionar ocorrências operacionais e acompanhar a execução sempre que solicitado pela Administração.

6.6. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, falhas, vícios, defeitos ou irregularidades decorrentes da execução, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. A medição do objeto será realizada com base na quilometragem efetivamente executada, mediante verificação da conformidade entre a ordem de serviço, o percurso realizado, o relatório correspondente e o atesto do fiscal do contrato.

7.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Liquidação, acompanhada da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária para crédito em banco, mediante transferência eletrônica ou PIX, em conta indicada pelo fornecedor.

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota de Liquidação, da Nota Fiscal ou da Fatura no momento em que o fiscal do contrato, ou ato equivalente, atestar o recebimento definitivo do objeto correspondente à ordem emitida pela área competente.

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso aos sistemas pertinentes, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou pela apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota de Liquidação, da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, inclusive obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor promova o saneamento necessário. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será contado apenas a partir da comprovação da regularização, sem gerar qualquer ônus à Administração.

7.6. O fornecedor optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que comprove, por documento oficial, fazer jus ao tratamento favorecido.

7.7. Por se tratar de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância jurídica de mão de obra, aplica-se ao contrato o reajustamento em sentido estrito, e não a repactuação, nos termos do art. 25, §§7º e 8º, da Lei nº 14.133/2021.

7.8. O reajuste observará o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, adotando-se o INPC como índice de referência, conforme previsto na minuta padronizada do contrato.

7.9. A concessão do reajuste dependerá de requerimento formal da contratada, comprovação do implemento do interregno legal e análise administrativa da pertinência do pedido.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

8. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado mediante licitação na modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum.

8.2. O critério de julgamento será o de menor preço por lote, por ser esta a modelagem mais vantajosa à Administração, dada a interdependência operacional dos itens, a necessidade de centralização da responsabilidade, a substituição emergencial de veículos e a racionalização da fiscalização.

8.3. O modo de disputa será o aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, na forma do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.4. O intervalo mínimo entre lances será aquele parametrizado na plataforma eletrônica utilizada para o certame, nos termos do art. 57 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Não poderão participar da licitação ou da execução contratual os sujeitos alcançados pelas hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, devendo essa vedação constar expressamente do edital.

8.6. Não se recomenda a participação em consórcio, por se tratar de objeto comum, amplamente ofertado no mercado, sem complexidade técnica extraordinária, e porque a sua admissão aumentaria a complexidade de execução, dificultaria a responsabilização por falhas e ampliaria os custos de fiscalização, sem benefício proporcional à Administração.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços formalmente realizada pela área demandante, em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O Mapa de Preços encontra-se em anexo ao processo, em documento separado, no qual constam as fontes consultadas, os valores obtidos, a metodologia utilizada para definição do valor de referência e as memórias de cálculo correspondentes.

9.3. A tabela de itens e estimativa de preços acima integra este Termo de Referência, devendo o mapa de preços anexo servir como documento de suporte técnico para a fase interna e para a motivação do valor estimado.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada e prevista nas leis orçamentárias vigentes, notadamente PPA, LDO e LOA, conforme atestado no parecer contábil que será anexado ao processo de contratação.

10.2. A formalização do contrato e os atos subsequentes de empenho, liquidação e pagamento dependerão da existência de adequação orçamentária e da disponibilidade dos créditos correspondentes.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em estrita conformidade com o edital, o contrato, este Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e as ordens de serviço emitidas pela Administração.

11.2. Disponibilizar os veículos nas condições técnicas, operacionais, documentais e de segurança exigidas, com motoristas devidamente habilitados.

11.3. Assumir todos os custos diretos e indiretos da execução, inclusive combustível, manutenção, reposição, hospedagem, alimentação, seguro, pedágios, multas, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais.

11.4. Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene e segurança durante toda a execução contratual.

11.5. Providenciar substituição imediata do veículo ou do motorista sempre que houver impossibilidade de execução regular ou determinação da fiscalização.

11.6. Manter a cobertura securitária exigida durante toda a vigência do contrato.

11.7. Confirmar o recebimento das ordens de serviço nos prazos estabelecidos.

11.8. Manter representante ou preposto apto a solucionar ocorrências operacionais e receber comunicações oficiais.

11.9. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos ou irregularidades verificadas na execução.

11.10. Responsabilizar-se por danos causados à Administração, aos usuários ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.11. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.12. Apresentar a documentação necessária à medição, liquidação e pagamento, inclusive prova de regularidade fiscal, social e trabalhista, quando exigível.

11.13. As obrigações da contratada não se restringem às listadas neste Termo de Referência, subsistindo também aquelas previstas na minuta contratual e na legislação aplicável.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Emitir as ordens de serviço com as informações necessárias à adequada execução.

12.2. Disponibilizar à contratada as diretrizes operacionais relativas a horários, rotas, pontos de embarque e demais condições de atendimento.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal formalmente designados.

12.4. Registrar ocorrências, notificar a contratada em caso de irregularidades e adotar as providências administrativas cabíveis.

12.5. Atestar a execução quando constatada a conformidade do serviço prestado.

12.6. Promover a liquidação e o pagamento na forma e nos prazos previstos, desde que atendidos os pressupostos legais e contratuais.

12.7. Decidir motivadamente sobre pedidos de reajuste, prorrogação, alteração, reequilíbrio e demais pleitos contratuais, observada a legislação aplicável.

12.8. Aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em caso de inadimplemento contratual.

12.9. As obrigações da contratante igualmente não se restringem às aqui descritas, subsistindo também aquelas previstas na minuta contratual e na legislação aplicável.

13. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

13.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses.

13.2. Em razão do enquadramento do objeto como serviço contínuo, admite-se sua prorrogação sucessiva, observados os arts. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a manutenção da necessidade administrativa, da vantajosidade, da previsão editalícia e da disponibilidade orçamentária.

13.3. A prorrogação não ocorrerá automaticamente, dependendo de avaliação técnica e administrativa prévia, podendo a Administração negociar condições mais vantajosas ou, se for o caso, optar pela extinção do vínculo ao término da vigência.

14. DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. Para fins do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação observará matriz de riscos definidora das responsabilidades das partes e preservadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste.

14.2. O objeto possui natureza predominantemente de obrigação de resultado, consistente na disponibilização regular, segura e adequada do serviço de transporte nas condições contratadas.

14.3. Constituem riscos ordinários da contratada, correndo por sua conta exclusiva, sem direito à recomposição extraordinária: falhas mecânicas e elétricas dos veículos; manutenção preventiva e corretiva; substituição de veículos e motoristas; custos de combustível, lubrificantes, pneus e pedágios ordinários; multas de trânsito; seguros e franquias; tributos e encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais; depreciação da frota; variações ordinárias de preços dos insumos do setor; atrasos por falha de gestão operacional; irregularidade documental dos veículos ou condutores; falhas em ar-



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

condicionado, banheiro, frigobar e demais equipamentos exigidos; e danos decorrentes de culpa da contratada ou de seus prepostos.

14.4. Constituem riscos da Administração, com possibilidade de reavaliação econômico-financeira quando efetivamente comprovado o impacto: alteração unilateral do objeto nos limites legais; modificação superveniente e relevante de rotas, horários ou volumetria que ultrapasse a margem ordinária da contratação; atraso imputável exclusivamente à Administração na emissão de ordens ou no fornecimento de informações essenciais; e atos administrativos diretamente causadores de inviabilidade da execução.

14.5. Constituem riscos extraordinários ou compartilhados, sujeitos à análise específica e eventual formalização por termo aditivo quando juridicamente cabível: caso fortuito, força maior, fato do príncipe, calamidade pública, interdição geral de vias por determinação estatal e alterações legislativas ou regulatórias com impacto substancial sobre a equação econômico-financeira do contrato.

14.6. A contratada poderá inovar apenas em sua organização interna de execução, desde que não altere as especificações mínimas do veículo, a capacidade, os equipamentos exigidos, os níveis de segurança, a cobertura securitária, os horários, as rotas e as demais condições fixadas pela Administração.

14.7. Fica expressamente vedado o repasse à Administração de riscos ordinários do negócio, bem como de custos decorrentes de ineficiência, falha operacional, ausência de planejamento, má gestão interna ou inadimplemento da contratada.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A aplicação de sanções observará os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Constituem infrações administrativas, entre outras: dar causa à inexecução parcial do contrato; dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; ensejar retardamento da execução sem motivo justificado; apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução; praticar ato fraudulento; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude de qualquer natureza; e praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

15.3. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade do caso, as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar e contratar e multa.

15.4. A multa observará, em essência, os seguintes parâmetros: multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; multa moratória específica de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, limitada ao teto contratual, pela inobservância do prazo para apresentação, suplementação ou reposição de garantia, se exigida; multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total; e multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida em caso de inexecução parcial.



MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ.

CNPJ: 75.458.836/0001-33

Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87.980.000 – Fone: (0XX) 44 – 3310-1208

<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

15.5. O atraso superior ao limite contratualmente tolerado poderá ensejar a extinção contratual por descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTO

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com fundamento no Estudo Técnico Preliminar correspondente, nas necessidades da Secretaria Municipal de Administração e na disciplina da Lei nº 14.133/2021, constituindo peça da fase preparatória do processo licitatório.

16.2. Permanecem aplicáveis, de forma complementar, as disposições constantes da minuta padronizada do edital e do contrato, especialmente quanto às sanções, à execução contratual, às hipóteses de alteração, recebimento, pagamento, extinção e demais cláusulas uniformes.

16.3. Encaminhe-se o presente Termo de Referência para instrução do processo administrativo, com juntada do mapa de preços, parecer contábil e demais documentos pertinentes, prosseguindo-se com a adequação das minutas padronizadas ao objeto e com a adoção das providências necessárias à deflagração do certame.

Itaúna do Sul, 22 de maio de 2026

ANDRESSA DA SILVA
Diretora Executiva
Secretaria de Administração